

Teoria Geral do Ministério Público

GRUPO IV | Questões utilizadas na Prova Oral

21 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 6 | Questão 06

O Procurador-Geral de Justiça, sem anuência do Promotor titular nem deliberação do Conselho Superior, avoca para si a condução de inquérito civil de repercussão midiática, afastando o Promotor natural da atribuição.

- a) O que é o princípio do Promotor Natural e qual sua dupla finalidade de proteção?
- b) A avocação promovida pelo Procurador-Geral de Justiça, nos termos narrados, é válida? Fundamente com o entendimento do STF.
- c) Seria válida a designação de um segundo Promotor de Justiça para atuar em conjunto com o Promotor natural nesse mesmo inquérito civil, sem afastá-lo da condução do feito? Diferencie essa hipótese da avocação narrada no caso.

Tarde | Ponto 7 | Questão 07

O Procurador-Geral de Justiça do MPES indica um Promotor de Justiça para exercer a função de Promotor Eleitoral perante a Zona Eleitoral de sua comarca. O Procurador Regional Eleitoral no Espírito Santo, contudo, ainda não havia formalizado o ato de designação quando o Promotor já passou a praticar atos no processo eleitoral.

- a) O Ministério Público Eleitoral possui estrutura institucional própria, distinta do MPF e dos Ministérios Públicos estaduais? Explique brevemente como ele se compõe.
- b) Qual a natureza do ato de designação do Promotor Eleitoral, segundo o entendimento do STF?
- c) O exercício da função eleitoral cria uma subordinação hierárquica-administrativa do Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual com o Ministério Público Federal? Justifique.

22 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 4 | Questão 04

Um Promotor de Justiça estadual, apurando notícia de fato, constata a possível prática de crime de competência da Justiça Federal, tendo já praticado alguns atos de investigação antes de perceber essa questão. O membro do Ministério Público Estadual, então, remete a notícia de fato ao Ministério Público Federal que, ao recebê-la, entende que não há qualquer fundamento que atraia a competência da Justiça Federal, suscitando conflito negativo de atribuição.

- a) Quem decide o conflito negativo de atribuição entre o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal?
- b) O Promotor de Justiça Estadual poderia atuar na Justiça Federal?
- c) Os atos de apuração já praticados pelo Promotor de Justiça Estadual, antes de perceber a questão de atribuição, são automaticamente nulos?

Tarde | Ponto 2 | Questão 02

Em ação civil pública que discute cobrança indevida de tarifa bancária em massa (direitos individuais homogêneos, de natureza disponível), o juiz intima o Ministério Público para intervir. O Promotor de Justiça, avaliando a causa, entende ausente a relevância social qualificada e deixa de intervir no feito.

- a) Existe hierarquia entre os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional do Ministério Público?
- b) Existe diretriz normativa do CNMP que trate sobre a necessidade de racionalizar a intervenção do Ministério Público no Processo Civil? Cite pelo menos dois exemplos de casos com relevância social reconhecida por esta diretriz.
- c) O magistrado, entendendo que não haveria interesse social, poderia dispensar de ofício a intervenção do Ministério Público?